

Credor ainda quer investir no Brasil

Gabriel de Salles

SÃO PAULO — O Citicorp continua disposto a converter em investimentos de risco até 10% do total da dívida brasileira para com o banco — o que somaria hoje aproximadamente 400 milhões de dólares. Para isso, aguarda apenas que o Banco Central baixe as normas que regularão a conversão.

— A concordância em converter parcela da dívida em investimentos, transmitida no ano passado por John Reed, presidente do Citicorp, ao presidente José Sarney, foi reafirmada ontem ao JORNAL DO BRASIL em São Paulo por Michael Kelland, presidente do Citibank no Brasil.

— O importante é que o programa de conversão não seja restrito e haja ampla liberdade de investimento — ressalva Kelland.

O presidente do Citibank admite que entre as muitas alternativas para a realização da conversão figuram também os investimentos diretos, mas sem especificar quais as áreas que seriam de interesse do banco para este tipo de aplicação.

— A economia brasileira é tão grande que são muitas as áreas que oferecem atrativos — afirma.

— Embora com a ressalva de que cabe a

cada país criar as normas sobre a conversão, Kelland lembra os casos recentes em que este tipo de operação foi bem-sucedido para os bancos e para os devedores: a Turquia permitiu a conversão de 2 bilhões de dólares em 1981, o Chile no ano passado completou 1,5 bilhão de dólares, e o México converteu 700 milhões de dólares em cinco meses cujos processos também foram iniciados em 1986.

Kelland esclarece que, quando se fala em conversão da dívida, ela se refere especificamente ao principal e não aos juros, como tem sido divulgado em algumas ocasiões.

Outro esclarecimento do presidente do Citibank: o Citicorp não debitou a dívida brasileira como prejuízo, mas aumentou seus fundos de reservas sobre os empréstimos realizados a papéis em desenvolvimento, “e a medida não foi de forma alguma direcionada ao Brasil”, garantia.

No primeiro trimestre, os juros devidos pelo Brasil ao Citicorp somaram 53 milhões de dólares e, pelas previsões de Kelland, se aproximam dos 180 milhões de dólares no ano. Estes são totais líquidos, após o Imposto de Renda nos Estados Unidos.

Michael Kelland — que nega tenha se esquivado de falar sobre os problemas que atualmente envolvem o Brasil e o Citicorp — comentou a proposta feita, anteontem, por Wolfgang Sauer, presidente da Autolatina, de que os credores do Brasil deveriam atuar em defesa dos produtos brasileiros no exterior evitando práticas protecionistas:

— Nós sempre lutamos pela eliminação das políticas protecionistas de qualquer tipo em todo o mundo.

O presidente do Citibank do Brasil reafirmou sua opinião de que a decisão anunciada anteontem pelo Citicorp não representará prejuízo algum para a credibilidade do Brasil no exterior e disse esperar que haja uma solução rápida para o problema da dívida brasileira.

— As portas do Citi nunca estiveram fechadas para o Brasil — revela Kelland, reafirmando a posição da direção do Citicorp, de que a partir de um bom resultado nas negociações o Brasil poderia inclusive ter acesso a dinheiro novo. As negociações, nesse caso, teriam de ser feitas em consonância com o Plano Baker — formulado pelo secretário americano do Tesouro, James Baker — que prevê a liberação de dinheiro novo, a partir de um entendimento entre credores e devedores mas com o aval do FMI.